

SOBRE A GÉNESE E O DESENVOLVIMENTO DAS CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO EM PORTUGAL: RACIONALIZAR E INTERNACIONALIZAR

JOSÉ REBELO

*Professor Associado com Agregação, do Departamento de Sociologia
do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE)*

Um professor é um investigador que ensina. Falando como Saussure, ensino e investigação constituem o recto e o verso da mesma folha papel. Proponho-me por isso, nesta minha comunicação ao III Congresso Ibérico das Ciências da Comunicação, abordar o estado das ciências da comunicação em Portugal na dupla vertente que acabo de referir.

I. BREVE INCURSÃO HISTÓRICA

O primeiro curso superior na área das ciências da comunicação data de 1979, com a abertura de uma Licenciatura em Comunicação Social na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa¹. A partir de finais da década de oitenta, assiste-se, porém, a uma verdadeira explosão de cursos superiores, públicos e privados, com designações várias – comunicação social, jornalismo, ciências da comunicação. Para tal explosão contribuíram razões internas ao campo dos media e razões externas, de natureza económica, institucional ou política.

Razões internas:

¹ Para trás ficam dois projectos virados para a formação profissional em jornalismo. Projectos de natureza prática, portanto. O primeiro, anunciado em 1971, deve-se a uma iniciativa do Sindicato de Jornalistas. O segundo, já em regime democrático, inscreve-se no plano de actividades da Secretaria de Estado da Comunicação Social, do II Governo Constitucional. Para trás fica, igualmente, um esboço de curso de três anos lançado, em 1973, pelo grupo Quina. Curso esse que, sem nunca ter alcançado especial notoriedade, se extinguiu, com a dissolução do próprio grupo, em 1975.

1. Privatizações e criação de novos jornais diários de circulação nacional;
2. Edição de revistas destinadas a explorar nichos de mercado, em termos de novos públicos ou de novos produtos;
3. Proliferação de estações de rádio e acesso de operadores privados à produção televisiva².

Razões externas:

1. Dinamização da administração pública, central e local;
2. Desenvolvimento do tecido empresarial, com a consequente abertura de novas vias profissionais, em particular nos sectores do marketing, da publicidade e das relações públicas;
3. Multiplicação de universidades privadas e incremento do ensino politécnico.

Segundo um estudo encomendado pela representação em Portugal da Comissão Europeia, existiam, no ano lectivo de 1996, mais de três dezenas de cursos deste tipo, frequentados por cerca de 6.500 alunos.

Sem qualquer pretensão de exaustividade enunciam-se alguns pontos fracos que sobressaem do sistema assim construído:

1. Dificuldades na determinação do objecto de ensino confundindo-se, frequentemente, jornalismo, comunicação, relações públicas e publicidade;
2. Dificuldades na definição dos destinatários o que, nalguns cursos, implicou a mistura, nem sempre pacífica, de públicos bem diferenciados –jovens candidatos à profissão de jornalista, candidatos a outras profissões mais ou menos relacionadas com os *media*, jornalistas profissionais em busca de uma legitimidade académica, futuros professores e investigadores;
3. Dificuldades na formação de docentes capazes de dar resposta à criação, em catadupa, de bacharelatos e de licenciaturas (muitos jovens docentes iriam funcionar como agentes amplificadores dos erros acumulados ao longo do seu próprio percurso enquanto estudantes);
4. Dificuldades na adequabilidade dos conteúdos à realidade social portuguesa motivadas, sobretudo, por uma transposição automática de saberes adquiridos no estrangeiro;

Dificuldades que se explicam, em suma, pelo desfasamento entre os ritmos de desenvolvimento do ensino e da investigação. É que, se o ensino no campo dos *media* é, em Portugal, de fresca data, que dizer, então, da investigação?

² A legislação, abrindo os sectores da Rádio e da Televisão à iniciativa privada, é aprovada no Parlamento português em, respectivamente, 1988 e 1990.

Tal como sucedeu com a abertura da primeira licenciatura é, também, na Universidade Nova de Lisboa que surge, em 1983, o primeiro centro de investigação, o Centro de Estudos de Comunicação e Linguagens, promotor, dois anos após a sua fundação, da Revista de Comunicação e Linguagens –primeira iniciativa editorial do género–. É, ainda, na Universidade Nova que se realizam, em 1990, as primeiras provas de doutoramento na área.

E o exemplo frutificou.

De 1997 a 2001, instituem-se sete novos centros, nas universidades públicas do Porto, do Minho, da Beira Interior, de Lisboa e de Aveiro, assim como na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, de estatuto privado. Ligado à Universidade Nova de Lisboa constitui-se um outro centro, o Centro de Investigação Média e Jornalismo. No seu conjunto, estes centros, devidamente reconhecidos pela FCT³, acolhem 278 investigadores, entre doutorados, mestres e licenciados. Como se pode verificar, pelo Quadro I, a respectiva avaliação, a cargo da FCT, é geralmente baixa: nenhum está cotado com «Excellent»; apenas um merece a classificação de «Very Good»; a três foi atribuída a menção «Good» e aos restantes a menção «Fair». O facto explica-se pela história recente dos centros. Mas explica-se, também, pela composição das equipas de avaliação cujos membros foram, até agora, sistematicamente recrutados em áreas de conhecimento exteriores às ciências da comunicação.

Com o dealbar do século XXI, aparecem, nos escaparates, seis novas revistas científicas cujas páginas são preenchidas ou com textos assinados por membros dos centros que as editam ou com colaborações externas, em especial estrangeiras: *Comunicação e Sociedade*⁴, *Caleidoscópio*, *Trajectos*, *Media & Jornalismo*, *Comunicação Política*, *Comunicação e Cultura*. Prevê-se a publicação, em abril de 2007, de *Estudos em Comunicação*, revista do Laboratório de Comunicação e Conteúdos on-line, da Universidade da Beira Interior⁵.

Enfim, ao doutoramento pioneiro, na Universidade Nova, sucedem-se muitos outros, alguns dos quais, assinala-se, empreendidos por conceituados jornalistas

³ Para além dos centros de investigação reconhecidos pela FCT, outros há que desenvolvem actividade meritória nas ciências da comunicação, como o Centro de Estudos de Comunicação e Cultura, da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa; o Centro de Estudos de Comunicação, o Centro de Estudos e Recursos Multimidiáticos e o Centro de Estudos sobre Texto Informático e Ciberliteratura, todos da Universidade Fernando Pessoa. Anuncia-se para breve a formalização, no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), de um Centro de Estudos de Comunicação e Cultura.

⁴ Formalmente, *Comunicação e Sociedade* iniciou-se em 1987. Mas só a partir de 2002 foi editada de forma regular.

⁵ Acrescentem-se algumas revistas de índole corporativa como *Meios*, da Associação Portuguesa da Imprensa-AIND, *JJ-Jornalismo e Jornalistas*, do Clube de Jornalistas e *Tendências XXI*, da Associação Portuguesa para o Desenvolvimento das Comunicações. De aspecto gráfico cuidado, conferem particular atenção às relações entre a escola e a profissão.

QUADRO I. Centros de Investigação (reconhecidos pela FCT)

<i>Centro</i>	<i>Universidade</i>	<i>Ano de fundação</i>	<i>Investigad. (total)</i>	<i>Doutorados elegíveis</i>	<i>Avaliação FCT</i>
Centro de Estudos das Tecnol., Artes e Ciências da Comun (CETAC. COM)	Univ. do Porto (Fac. de Letras)	2001	30	10,5	«Fair»
Centro de Estudos de Comunicação e Linguagens (CECL)	Univ. Nova de Lisboa (Fac. de Ciências Sociais e Humanas)	1983	46	21,5	«Good»
Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS)	Universidade do Minho (Inst. de Ciências Sociais)	2002	28	13	«Very Good»
Centro de Investigação Media e Jornalismo (CIMI)	Univ. Nova de Lisboa (Fac. de Ciências Sociais e Humanas)	1997	24	12	«Good»
Centro Interdisciplinar de Ciência, Tecnologia e Sociedades	Univ. de Lisboa	1998	36	9	«Fair»
Centro de Investigação em Comunicação Aplicada, Cultura e Novas Tecnologias (CICANT)	Univ. Lusófona de Humanidades e Tecnologias	2000	36	19	«Fair»
Laboratório de Comunicação e Conteúdos on-line (LABCOM)	Univ. da Beira Interior (Dept. Comunicação e Artes)	2000	28	10	«Good»
Unidade de Investigação em Comunicação e Arte (UnIca)	Univ. de Aveiro (Dept. Comunicação e Artes)	1997	50	30	«Fair»

FONTE: Sítios institucionais dos Centros de Investigação; Sítio institucional da FCT.

QUADRO II. Revistas Científicas

<i>Nome</i>	<i>Instituição</i>	<i>Início publicação</i>	<i>Números já publicados</i>
<i>Revista de Comunicação e Linguagens</i>	Centro de Estudos de Comunicação e Linguagens (CECL)	1985	37
<i>Comunicação e Sociedade</i>	Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS)	1987	8
<i>Caleidoscópico</i>	Centro de Investigação em Comunicação Aplicada, Cultura e Novas Tecnologias (CICANT)	2001	6
<i>Trayectos</i>	Centro de Estudos de Comunicação e Cultura (CESC/ISCTE) (em formação)	2002	10
<i>Media & Jornalismo</i>	Centro de Investigação Media & Jornalismo (CIMJ)	2002	9
<i>Comunicação Pública</i>	Escola Superior de Comunicação Social (Instituto Politécnico de Lisboa)	2005	4
<i>Comunicação & Cultura</i>	Universidade Católica Portuguesa	2006	3
<i>Observatorio</i>	Observatório da Comunicação	2000	11 ⁶

FONTE: Sítios institucionais dos Centros de Investigação; Sítio institucional da FCT.

que se reciclaram no ensino e na investigação universitária⁷. Punha-se, assim, ponto final na polémica, ou melhor, no divórcio que, anos a fio, afastou a prática jornalística, da reflexão teórica sobre essa actividade. Actualmente, existem programas doutorais, embora de qualidade variável, em universidades públicas e privadas, por vezes, como no Instituto Superior de Línguas e Administração e no Instituto Miguel Torga, através da celebração de protocolos com Universidades espanholas. Da análise do Quadro III, ressaltam ainda os casos da Universidade Autónoma Luís de Camões e da Escola Superior de Comunicação Social de Lisboa: impedidos de abrir cursos de doutoramento⁸, estabeleceram acordos

⁶ Esta revista passou a ser editada on-line, em formato Open Access.

⁷ Ao reconhecer formalmente as competências profissionais, o Processo de Bolonha facilita esta passagem da prática jornalística à reflexão sobre o jornalismo, permitindo a inscrição em Mestrados e em Doutoramentos de jornalistas que, não sendo titulares de uma licenciatura, apresentam um curriculum profissional particularmente relevante. No ISCTE, frequentam, actualmente, cursos de mestrado e de doutoramento em Sociologia, na área da Comunicação e da Cultura, respectivamente 3 e 6 jornalistas não licenciados.

⁸ O Decreto-Lei 74/2006, de 24 de março, regulamentando as alterações introduzidas no ensino superior pela aplicação do Modelo de Bolonha, veda expressamente ao Politécnico a possibilidade de organizar cursos de doutoramento. No seu artigo 57, nº 3, enuncia, por outro lado, uma série de requisitos (corpo docente próprio, constituído, na sua maioria, por titulares do

QUADRO III. Doutoramentos

<i>Estabelecimentos de ensino</i>	<i>Domínio</i>	<i>Parcerias/Protocolos</i>
Univ. de Aveiro	Ciências e Tecnologias da Comunicação	
Univ. da Beira Interior	Ciências da Comunicação	
Univ. Nova de Lisboa. Fac. de Ciências Sociais e Humanas	Ciências da Linguagem e da Comunicação	
Univ. do Minho	Ciências da Comunicação	
Inst. Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa	Sociologia (Área da Comunicação e Cultura)	
Univ. Católica Portuguesa	Ciências da Comunicação	
Inst. Politécnico de Lisboa. Escola Superior de Comunicação Social		Univ. Complutense de Madrid
Univ. Autónoma de Lisboa Luís de Camões		Univ. Complutense de Madrid
Univ. Fernando Pessoa	Ciências da Informação	
Inst. Superior de Línguas e Administração (Santarém, Vila Nova de Gaia, Leiria ou Bragança)	Gestão da Comunicação	Univ. de Vigo
Inst. Superior Miguel Torga	Cultura e Psicossociologia da Comunicação	Univ. de Extremadura

FONTES: Sítios institucionais dos estabelecimentos de ensino.

com a Universidade Complutense permitindo aos seus doutorandos seguirem, em Lisboa, a maior parte das aulas, ministradas por professores espanhóis e portugueses. As provas públicas de defesa da tese têm lugar na sede da universidade madrilenha que emite os títulos de doutoramento. Tal procedimento tem-se revelado especialmente eficaz no que respeita à qualificação académica de docentes dos dois estabelecimentos implicados que obtêm, assim, o grau de doutoramento em condições de tempo relativamente rápidas.

Muitas das teses de doutoramento apresentadas ao longo dos últimos anos encontram-se publicadas graças ao interesse comercial que os temas de comunicação passaram a ter junto de numerosos editores. Se exceptuarmos pequenos ensaios, dados à estampa em anos anteriores, é na mudança de século que

grau de doutor e experiência acumulada de investigação sujeita a avaliação, nas áreas científicas onde se pretende abrir o curso de doutoramento) que, tendo em conta os recursos disponíveis na maioria das universidades privadas, as impede, na prática, de materializar tais intentos.

desponta, de facto, algum dinamismo editorial: colecções e mais colecções são lançadas pela Editorial Notícias, MinervaCoimbra, Verbo, Campo das Letras, Vega, e pelos Livros Horizonte. Outras editoras, como Celta, Afrontamento, Gradiva, Presença, Caminho, Hugin, A Regra do Jogo, Quimera, Século XXI, Assírio & Alvim, Livros e Leituras, direccionam obras para o mesmo público, em crescimento exponencial, constituído, essencialmente, por estudantes do ensino superior.

Na sua quase totalidade, os livros publicados culminam investigações levadas a cabo sem qualquer apoio oficial. Com efeito, as estatísticas da FCT revelam-nos que, só a partir de 1999/2000, são financiados projectos de investigação em Ciências da Comunicação e que os montantes envolvidos são irrisórios: pouco mais de um milhão de euros em cinco anos...

QUADRO IV. Projectos de investigação

<i>Ano</i>	<i>Apresentados a concurso</i>	<i>Aprovados</i>	<i>Financiamento global (euros)</i>
1999/2000	19	5	419.469
2001	10	2	104.740
2002	15	7	228.100
2004	30	12	316.500
2006	47	?	?

FONTE: Sítio institucional da FCT.

II. COM A APLICAÇÃO DO MODELO DE BOLONHA, UMA NOVA LÓGICA DE AQUISIÇÃO E RENTABILIZAÇÃO DE SABERES

Vive-se um período de transição caracterizado por dois aspectos fundamentais: crise no mercado de trabalho afectando, muito especialmente, jovens em busca do primeiro emprego; mudanças estruturais no sistema de ensino superior, aceleradas, aliás, pelo Processo de Bolonha que, segundo fontes do Ministério da Ciência e do Ensino Superior, estará aplicado em cerca de 90% do sistema, no próximo ano lectivo.

1. O mercado de trabalho

Passada a euforia inicial, há sinais inquietantes de estagnação para não dizer recessão, do emprego, quer no domínio do jornalismo, quer no domínio do marketing ou das relações públicas.

Gradualmente, as autarquias, os ministérios, as secretarias de Estado, os grandes grupos económicos e financeiros foram preenchendo as suas assessorias

rias. A criação de novos postos de trabalho dependerá, doravante, da normal rotatividade de pessoas e de funções.

Por outro lado, nas estações de rádio, locais e regionais, onde a liberalização provocara uma profusão de pequenos empregos a tempo parcial, a ordem, agora, é de restringir.

E o mesmo acontece nos canais privados de televisão. Em espaços de tempo muito curtos, tiveram de constituir as respectivas redacções. Por isso contrataram. Sobretudo jovens. Em regra, a título precário. Num segundo momento, porém, impôs-se a regra da operacionalização dos recursos. A porta começou, então, a fechar-se, pelo que as hipóteses de contratação se tornaram cada vez mais escassas.

E o mesmo acontece na televisão pública. Primeiro, alargaram-se os efectivos e investiu-se na aquisição de novos produtos. Tratava-se de enfrentar a concorrência, mesmo que isso implicasse uma subida incontrolada dos custos de exploração da empresa. Num segundo momento, porém, limitaram-se drasticamente as despesas. A todos os níveis. Ao nível de programas e ao nível de pessoal. Ao ponto de a representação demográfica dos trabalhadores da RTP, em particular no sector do jornalismo, assumir um curioso aspecto: inverteu-se a tradicional pirâmide de idades com todas as consequências desagradáveis que tal situação comporta, nomeadamente a intensificação de práticas rotineiras e, logo, o desencorajamento da inovação.

Compressão em estações de rádio. Compressão em canais de televisão públicos e privados. E na imprensa escrita?

Sujeita à concorrência movida pelos jornais gratuitos e pelas edições online, a imprensa escrita, salvo raras excepções, vê reduzir-se, drasticamente, as suas vendas e as suas receitas de publicidade. Nas redacções, generalizou-se um clima de incerteza.

Incerteza que, alargando o ângulo de observação, invade os grupos multimédia –Controlinveste, Impresa, Media Capital, Cofina, Impala– cujas estratégias flutuam ao sabor de relações de forças ainda distantes de um ponto de estabilização.

Note-se que a visibilidade social do emprego, própria da comunicação social, pode ter efeitos perversos. Se acentua as expectativas positivas em períodos de expansão, adensa as expectativas negativas em períodos de compressão. Ontem, talvez apressadamente, todos julgavam poder ser jornalistas mesmo que isso implicasse contratos a prazo, recibos verdes e, até, estágios não pagos. Hoje, começa a afirmar-se a ideia, talvez exageradamente pessimista, da impossibilidade de se exercer a profissão.

Seja como for, às perspectivas risonhas que, ontem, atraíam tantos jovens para os cursos de comunicação, sobrepõem-se, hoje, novos factores que recomendam alguma ponderação.

2. O ensino superior

Em consequência do novo conceito de família que sobreveio à revolução democrática, o índice de natalidade desceu consideravelmente. Daí que o número de jovens candidatos à entrada na universidade desça de ano para ano. Paralelamente e tirando proveito de fundos comunitários, as universidades públicas e os institutos politécnicos investiram em equipamentos e instalações pelo que os *numerus clausus*, praticados no ensino superior público, desde finais da década de setenta, estão em vias de desaparecer. Conjugados, estes dois factores contribuem para reduzir a capacidade de recrutamento dos estabelecimentos privados, já de si mergulhados num clima de descrédibilização provocado pela divulgação de casos graves de corrupção e incompetência que atingiram universidades como a Moderna e a Independente⁹.

A curto prazo, subsistirão, apenas, as universidades privadas escolhidas pela positiva, isto é, deixam de ter razão de existir aquelas cuja criação e expansão se baseou, quase exclusivamente, na necessidade de uma segunda escolha. Segunda escolha que, afinal, era uma não escolha. Referimo-nos, claro está, à escolha forçada dos estudantes que enveredaram pelo privado por não terem médias suficientes para entrar no sistema público.

É certo que a responsabilidade por alguns dos atropelos verificados neste domínio pertence, em grande medida, ao poder político. Foi o Estado quem homologou universidades e mais universidades sem avaliar a respectiva exequibilidade. Foi o Estado quem homologou licenciaturas e mais licenciaturas sem avaliar o respectivo interesse, no contexto económico e social português. Foi o Estado quem homologou listas e mais listas de professores sem, na altura, se incomodar nem com a sua qualidade nem com a sua origem. Caucionou, assim, situações de acumulação por parte de docentes que tinham assinado, com a universidade pública, contratos de prestação de serviços em regime de exclusividade.

Mas o que se antevê para o sistema privado também é válido para o sistema público. Subsistirão as licenciaturas, as faculdades, as universidades que

⁹ Com diferentes designações –Jornalismo, Comunicação, Comunicação Social, Comunicação e Jornalismo, Comunicação e Multimédia, Comunicação e Tecnologias da Informação, Ciências da Comunicação, Ciências da Comunicação e da Cultura– funcionam, actualmente, licenciaturas nos seguintes estabelecimentos de ensino superior privado: Universidade Autónoma de Lisboa Luís de Camões; Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Fernando Pessoa; Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias; Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Lusíada; Instituto Português de Estudos Superiores; Instituto Superior de Administração, Comunicação e Empresa da Guarda; Instituto Superior de Ciências da Informação e da Administração de Aveiro; Instituto Piaget, em Almada e em Mirandela; Instituto Superior de Línguas e Administração, em Leiria, Santarém e Vila Nova de Gaia; Instituto Superior Miguel Torga. Por sua vez, o ensino concordatário é assegurado pela Faculdade de Filosofia de Braga e pela Faculdade de Ciências Humanas de Lisboa. Ambas da Universidade Católica Portuguesa.

souberem definir adequadamente os seus objectivos. Que souberem investir na formação e na modernização dos seus docentes. Que souberem inovar e orientar os respectivos conteúdos em função das expectativas geradas numa sociedade em desenvolvimento. As outras, estarão condenadas a vegetar. Até que uma qualquer reestruturação as faça, pura e simplesmente, desaparecer.

Em todo o caso, a concorrência entre estabelecimentos públicos e privados é desenfreada: faz as delícias de jornais e revistas que, na altura do ano em que os futuros alunos universitários procedem às suas escolhas, publicam páginas inteiras de publicidade sobre novos cursos e novas especializações, enaltecendo o ambiente, as condições de trabalho desta ou daquela instituição de ensino.

Da observação dos Quadros V e VI, referentes ao ensino superior público, universitário e politécnico resulta que:

1. No ano lectivo 2006/2007, as universidades e os institutos politécnicos criaram mais de 2.300 vagas em licenciaturas, no âmbito das ciências da comunicação.
2. Para além das especialidades tradicionalmente incluídas no leque das ciências da comunicação –jornalismo, comunicação empresarial, relações públicas, marketing e publicidade– o sistema tem vindo a incluir outras áreas escolhidas em função da sua importância na actividade produtiva assim como da procura que suscitam por parte da população estudantil: Artes, Design, Multimédia e, sobretudo, Tecnologias da Informação e da Comunicação.
3. As ciências da comunicação estão presentes nas principais universidades do país, continente e regiões autónomas –Lisboa, Porto, Coimbra, Aveiro, Algarve, Beira-Interior, Minho, Trás-os-Montes e Alto Douro, Açores, Madeira– num total de 22 Licenciaturas.
4. Através dos institutos politécnicos (36 Licenciaturas), as ciências da comunicação estão presentes em muitas das chamadas cidades de média dimensão, do litoral e do interior –Beja, Castelo Branco, Guarda, Leiria, Portalegre, Santarém, Setúbal, Viana do Castelo, Viseu, etc.

Com a aplicação do modelo de Bolonha, as licenciaturas passaram de quatro ou cinco anos para três: redução geralmente interpretada como uma desvalorização só compensada pela frequência do mestrado de fileira, ou de investigação, correspondente. Por isso, licenciatura e mestrado de fileira, ou de investigação, foram rapidamente entendidos como partes de uma mesma unidade, isto é, como fases de um mesmo programa de estudos de cinco anos. Numerosos alunos concluíram, pragmaticamente, que nada de substancial teria mudado. Que a mudança teria sido, apenas, de nomenclatura. Conclusão sem dúvida apressada já que é toda uma nova lógica que se põe em marcha.

Em termos de funcionamento interno dos estabelecimentos de ensino superior, tal redução implicou dificuldades na organização da carga horária dos res-

QUADRO V. Licenciaturas. *Ensino Superior Público Universitário*

<i>Estabelecimento de ensino</i>	<i>Cursos</i>	<i>Vagas (2006)</i>	<i>Nota último colocado (2006/2007)</i>
Univ. dos Açores	Comunicação Social e Cultura	23	124,2
	Relações Públicas e Comunicação	25	120,3
Univ. do Algarve Fac. Ciências Humanas e Sociais	Línguas e Comunicação	30	108,7
Univ. de Aveiro	Novas Tecnologias da Comunicação	60	150,0
	Tecnologias e Sistemas de Informação	45	105,0
Univ. da Beira Interior	Ciências da Comunicação (1)	50	116,8
	Design Multimédia	40	107,4
	Tecnologias e Sistemas de Informação	20	134,8
Univ. de Coimbra Fac. Ciências e Tecnologia Fac. de Letras	Comunicações e Multimédia	40	107,0
	Jornalismo	40	153,0
Univ. de Lisboa Fac. de Letras Fac. de Belas Artes	Comunicação e Cultura	40	143,0
	Design de Comunicação	44	171,0
Univ. Técnica de Lisboa Inst. Sup. de Ciências Sociais e Políticas	Ciências da Comunicação	62	143,5
Univ. Nova de Lisboa Fac. de Ciências Sociais e Humanas	Ciências da Comunicação (2)	85	156,3
Univ. do Minho	Ciências da Comunicação (3)	60	135,0
	Tecnologias e Sistemas de Informação	80	106,8
Univ. do Porto Fac. de Letras Fac. de Belas Artes	Jornalismo e Ciências da Comunicação (4)	75	159,8
	Design de Comunicação	50	170,0
Univ. de Trás-os-Montes e Alto Douro	Ciências da Comunicação (5)	90	124,9
	Tecnologias de Informação e Comunic.	40	118,4
	Comunicação e Multimédia	35	126,1
Univ. da Madeira	Comunicação, Cultura e Organizações	35	140,0

Variantes:

(1) Jornalismo; Publicidade e Relações Públicas; Audiovisual.

(2) Cinema e Televisão; Comunicação, Cultura e Artes; Comunicação Estratégica; Jornalismo.

(3) Informação e Jornalismo; Publicidade e Relações Públicas; Audiovisual e Multimédia.

(4) Jornalismo; Assessoria; Multimédia.

(5) Jornalismo; Artes, Mediação e Espectáculos; Assessoria, Secretariado e Atendimento; Relações Públicas e Publicidade.

FONTES: Sítios institucionais dos estabelecimentos de ensino; Acesso ao Ensino Superior, Índice de Cursos.

QUADRO VI. Licenciaturas. Ensino Superior Público Politécnico

<i>Estabelecimento de ensino</i>	<i>Cursos</i>	<i>Vagas colocadas (2006)</i>	<i>Nota último colocado (2006/2007)</i>
Escola Superior de Educação de Beja	Educação e Comunicação Multimédia	30	106,1
Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Mirandela	Tecnologias da Comunicação Informática e Comunicações	40	101,5
Escola Sup. de Tecnologia de Castelo Branco	Tecnologias da Informação e Multimédia	30	?
Escola Superior de Educação de Coimbra	Comunicação Social Comunicação e Design Multimédia Comunicação Organizacional	? 40 ?	? 131,1 ?
Escola Superior de Educação de Faro	Ciências da Comunicação Design de Comunicação	35 30	118,9 127,1
Escola Superior de Educação da Guarda	Comunicação e Relações Económicas Comunicação e Relações Públicas	30 60	106,5 103,5
Escola Superior de Educação de Leiria	Comunicação Social e Educação Multimédia Relações Humanas e Comunic. Organizac	45 40	129,3 124,9
Escola Superior de Comunicação Social de Lisboa Instituto Superior de Engenharia de Lisboa	Jornalismo Publicidade e Marketing Relações Públicas e Comunic. Empresarial Audiovisual e Multimédia Engenh. de Redes de Comunic. e Multimédia	50 58 58 55 40	158,0 154,0 151,0 151,0 105,0
Escola Superior de Educação de Portalegre Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Portalegre	Jornalismo e Comunicação Design de Comunicação Informação e Documentação	40 45 22	111,0 107,4 131,9

QUADRO VI. Licenciaturas. Ensino Superior Público Politécnico (continuação)

<i>Estabelecimento de ensino</i>	<i>Cursos</i>	<i>Vagas (2006)</i>	<i>Nota última colocada (2006/2007)</i>
Instituto Politécnico do Porto	Tecnologia da Comunicação Audiovisual	25	127,2
Esc. Sup. de Est. Indust. e de Gestão do Porto	Ciências e Tecnologias da Docum. e Inform.	30	130,5
Inst. Sup. de Contabil. e Administra. do Porto	Comunicação Empresarial	45	148,5
Esc. Sup. de Educação de Santarém	Artes Plásticas e Multimédia	20	112,2
Esc. Sup. de Gestão de Santarém	Educação e Comunicação Multimédia Marketing e Publicidade	35 35	119,6 11,7
Escola Sup. de Educação de Setúbal	Comunicação Social	38	126,8
Esc. Sup. Tecnologia e Gestão de V. Castelo	Tecnol. da Computação Gráfica e Multiméd.	30	125,9
Esc. Sup. de Educação de Viseu	Comunicação Social	40	116,4
Esc. Sup. de Tecnologia de Viseu	Artes Plásticas e Multimédia Tecnologias e Design de Multimédia	25 35	118,0 111,5
Esc. Sup. de Tecnologia de Tomar	Design e Tecnologia das Artes Gráficas	45	116,6
Esc. Sup. de Tecnologia de Abrantes	Comunicação Social	35	115,3
	Tecnologias de Informação e Comunicação	30	?

FONTES: Sítios institucionais dos estabelecimentos de ensino; Acesso ao Ensino Superior, Índice de Cursos.

pectivos docentes e, até, a não renovação de contratos a título precário, particularmente numerosos no sistema privado. A alternativa consistiu em multiplicar cursos de pós-graduação e mestrados temáticos, cujas propinas são bastante mais elevadas. Tal investimento, em pós-graduações e em mestrados, significou uma vantagem suplementar tanto para os estabelecimentos públicos como para os privados. Para os públicos que puderam aumentar os seus níveis de auto-financiamento, respeitando, assim, exigências formuladas pelo ministério de tutela. Para os privados que encontraram, nessa estratégia, uma forma de reutilizar os seus alunos e dissimular a diminuição de novas admissões. Diminui o número de candidatos ao ensino superior privado? Oferece-se, então, àqueles que já lá estão, ou àqueles que por lá já passaram, um novo produto.

O desemprego, por um lado, e a dificuldade ou impossibilidade em encontrar um primeiro emprego, por outro, ajudaram ao sucesso da operação. No primeiro caso, quando a actualização de conhecimentos é encarada como condição indispensável à eventual reorientação da carreira profissional. No segundo, quando jovens, cansados de uma procura vã, são compelidos a prolongar os seus estudos recorrendo, na melhor das hipóteses, a Bolsas de estudo: primeiro para mestrado, depois para doutoramento, depois para pós-doutoramento...

Funcionando, frequentemente, em regime pós-laboral, com programas dotados de grande plasticidade e concebidos para períodos curtos, de seis a doze meses, prosseguindo objectivos empíricos bem delimitados e correspondendo a necessidades detectadas no aparelho sócio-productivo, as pós-graduações exprimem a linguagem oficial, muito em voga, da flexibilização e da formação-aolongo-da-vida. Emergem, como cogumelos, em todos os campos. E o campo da comunicação não é excepção. Quanto aos mestrados, espécie de compromisso entre teoria e empiria, vão sendo inaugurados à medida que chegam as creditações ministeriais. Uns já estão em funcionamento, outros têm início previsto para o ano lectivo de 2007/2008. Embora mais abundantes nas universidades públicas, existem já em todos os outros sistemas escolares –no politécnico, no concordatário e no privado, como se pode ver nos Quadros VII e VIII–.

III. DEZ PISTAS PARA UM DESAFIO QUE EXIGE RESPOSTA URGENTE

Enquanto área disciplinar, as ciências da comunicação surgiram no século passado, primeiramente associadas aos grandes meios clássicos, como a rádio e televisão, preparando para a intervenção e procurando avaliar os seus efeitos sobre uma sociedade marcada por media escritos, como a imprensa. À medida que as estruturas tecnológicas se foram aperfeiçoando e massificando, nomeadamente com a difusão dos computadores pessoais e, posteriormente, com a sua ligação em rede, as ciências da comunicação acrescentaram aos estudos tradicionais, os referentes aos novos media, às culturas do virtual e à emergência

QUADRO VII. Mestrados. Ensino Superior Público, Universitário e Politécnico

<i>Estabelecimento de ensino</i>	<i>Cursos</i>	<i>Variantes. Áreas de especialização</i>	<i>Vagas</i>
Univ. de Aveiro	Comunicaç. Multimédia Multimédia em Educação		10
Univ. da Beira Interior	Comunicação Audiovis. e Multimédia		?
Univ. de Coimbra Fac. de Letras	Comunicação e Jornalismo	Discurso dos Media Teorias da Comunicação Teorias do Jornalismo Teorias e História Ética e Deontologia da Comunicação Gestão da Comun. e de Serviços de Informaç. História da Comunicação Tecnologias da Informação	?
Univ. Técnica de Lisboa Inst. Sup. de Ciências Sociais e Políticas	Comunicação Social		?
Univ. Nova de Lisboa Fac. de Ciências Sociais e Humanas	Ciências da Comunicação	Cinema e Televisão Cultura Contemporânea e Novas Tecnologias Comunicação e Artes Estudo dos Media e Jornalismo Estudos Aprofundados de Ciênc. da Comun.	80
Univ. do Minho	Ciências da Comunicação	Informação e Jornalismo Comunicação, Cidadania e Educação Publicidade e Relações Públicas Audiovisual e Multimédia	?

QUADRO VII. Mestrados. Ensino Superior Público, Universitário e Politécnico (continuação)

<i>Estabelecimento de ensino</i>	<i>Cursos</i>	<i>Variantes. Áreas de especialização</i>	<i>Vagas</i>
Univ. do Porto Fac de Letras	Cultura e Comunicação	Documentário Comunicação da Ciência Jornalismo Político	
Univ. de Trás-os-Montes e Alto Douro	Ciências da Comunicação	Jornalismo Relações Públicas e Publicidade Informação e Documentação Comunicação Pública, Política e Intercultural	?
Inst. Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa	Comunicação, Cultura e Tecnologias da Informação		40
Univ. Aberta	Comunicação Educacional Multimédia		20
Escola Superior de Comunicação Social de Lisboa	Jornalismo Audiovisual e Multiméd. Publicidade e Marketing Relações Públicas		?

FONTES: Sítios institucionais dos estabelecimentos de ensino.

QUADRO VIII. Mestrados. Ensino Superior Particular, Concordatário e Cooperativo

Estabelecimentos de ensino		Cursos		Variantes		Vagas
Univ. Católica Portuguesa Fac. de Filosofia de Braga Fac. de Ciências Humanas de Lisboa		Comunicação Social	Comunicação Empresarial Jornalismo e Assessoria Cultural Edição de Textos Comunicação e Gestão Cultural Comunic., Organizaç. e Novas Tecnologias Cultura e Comunicação Visual Media e Jornalismo			
		Comunicação Social				
Univ. Autónoma de Lisboa Luis de Camões		Comunicação Social				
Univ. Fernando Pessoa Fac. Ciências Humanas e Sociais		Comunicação Social				
		Comunicação Social				
Univ. Lusófona de Humanidades e Tecnologias		Comunicação Social				
		Comunicação Social				
Inst. Superior de Ciências da Informação e da Administração		Comunicação Social				
		Comunicação Social				

FONTES: sítios institucionais dos estabelecimentos de ensino.

de uma sociedade do conhecimento e em rede (ciberespaço). Caracterizam-se, portanto, por uma acelerada substituição de dispositivos e de metodologias que lhes abrem, constantemente, novos horizontes de análise. Como todas as outras ciências articulam-se, cada vez mais, com o meio envolvente. Procuram, na investigação que realizam e nos conhecimentos que divulgam, dar resposta aos problemas sociais, económicos e políticos que, em cada momento, avultam no espaço público.

Em resumo, diremos que as ciências da comunicação:

1. Percorrem os diferentes campos de saber;
2. Intervêm na definição e organização dos diferentes campos profissionais e sociais;
3. Participam decisivamente na estruturação do espaço público e das políticas culturais;
4. Contribuem para a modernização e desenvolvimento da sociedade.

Para um quadro tão complexo que se configura à escala global e onde se diluem as fronteiras que, antes, separavam campos disciplinares, não se encontrou ainda, em Portugal, a resposta melhor.

Com a realização dos primeiros congressos da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação –SOPCOM e da Federação Lusófona de Ciências da Comunicação– LUSOCOM, respectivamente, em março e outubro de 1999, seguidos do primeiro congresso IBÉRICO, estreitaram-se os laços com investigadores de Espanha, de França e de países de expressão oficial portuguesa, em particular do Brasil. Prova-o os encontros que se sucederam em Málaga, Rio de Janeiro, Maputo, S. Tiago de Compostela e, agora, em Sevilha. Mas o caminho percorrido tem assentado em relações pessoais, muitas das quais tecidas em situação de exílio político, em relações de vizinhança territorial e em relações ditadas pela existência de uma comunidade linguística. Daí a frequente troca de experiências entre investigadores portugueses e os seus pares franceses ou belgas, espanhóis e brasileiros. As eventuais virtualidades de tal relacionamento empírico estão, contudo, esgotadas.

Com a advento das novas tecnologias da informação e da comunicação, assiste-se em Portugal, como por todo o lado, a um certo declínio da posição, até então hegemónica, desfrutada pelos grandes meios de comunicação social na definição e difusão de acontecimentos, na instituição de problemas públicos, no desencadear de estratégias de naturalização através das quais se socializam responsabilidades. A evolução da opinião pública espanhola, nos dias que se seguiram ao atentado terrorista do 11 de março de 2004, assim como o comportamento do eleitorado francês no referendo sobre a Carta Constitucional Europeia, de maio 2005, constituem dois bons exemplos da mudança evocada. Tal declínio relativo, traduz-se por mudanças importantes na estrutura das nar-

rativas mediáticas. Às narrativas completas, transmitidas «de fora para dentro», sucedem narrativas hiperfragmentadas. Sucodem-se estilhaços de narrativas, captados de forma aparentemente aleatória na esfera de recepção e reagrupados segundo lógicas ou quadros de referência próprios ao receptor. O sentido deixa de fazer-se de «fora para dentro» e passa a fazer-se de «dentro para dentro».

Neste novo contexto, importa repensar: a noção de «acontecimento» e sua mediatização; as rotinas jornalísticas; o estatuto socioprofissional do jornalista, doravante confrontado com outros produtores de informação; os processos de autenticação/validação do discurso jornalístico; as relações entre média tradicionais e novos média; as virtualidades e os limites do conceito de interactividade; as novas potencialidades dos média, na sua diversidade, enquanto fonte e lugar de exercício de poderes; as novas configurações multimédia. Mas importa repensar, igualmente, as políticas de comunicação, regulação e monitorização adoptadas em Portugal. Os modos de integração nas redes mundiais, globais. O papel das Artes e do Design na definição de novos mecanismos de comunicação.

No domínio do ensino assiste-se à abertura incessante de cursos e de especializações que visam, tantas vezes, explorar nichos do mercado, mesmo se à custa do rigor e da qualidade minimamente exigíveis. No domínio da investigação, a ausência de articulação provoca repetições, sobreposições, inadequações que põem em causa os escassos recursos disponíveis (em agosto último, 47 projectos de investigação candidataram-se ao apoio financeiro da FCT).

Donde o desafio com que se confrontam, ou se devem confrontar, conjuntamente, os meios político, empresarial e académico: a criação urgente de estruturas de investigação dotadas de uma dimensão, de equipamentos e de recursos humanos –o que implica a dinamização da carreira de investigador– susceptíveis de dar cumprimento a um programa cujos dez pontos essenciais seriam os seguintes:

1. Racionalizar um sector cujo crescimento, por vezes desordenado, se explica, em grande parte, por factores conjunturais e históricos que interessa avaliar e superar.
2. Contribuir para um melhor conhecimento dos processos comunicacionais na sociedade portuguesa (jornalismo, perfis profissionais, novos media, concentração e estratégias de concorrência), em articulação com abordagens sociológicas, económicas, antropológicas, culturais, etc.
3. Promover estudos sobre os processos de globalização e de alargamento da sociedade do conhecimento e em rede.
4. Criar conteúdos e aplicações susceptíveis de aumentar a operacionalidade do plano tecnológico nacional.
5. Encorajar uma progressiva internacionalização da investigação, reforçando o intercâmbio de investigadores e a formação avançada no espaço transnacional.

6. Integrar recursos e articular objectivos e projectos, evitando assim duplicações e tirando benefício de sinergias geradas.
7. Melhorar o enquadramento teórico e metodológico dos cursos de licenciatura, mestrado e doutoramento, já em curso ou em fase de concretização, no âmbito do Processo de Bolonha.
8. Construir estruturas de acolhimento para bolseiros nacionais e estrangeiros, doutorandos ou em regime de pós-doutoramento.
9. Apresentar candidaturas com sucesso aos grandes concursos internacionais.
10. Evitar a dispersão de centros e investigadores, circunstância que impede o desenvolvimento de uma massa crítica, logo de uma investigação de excelência.

Ao abrigo do Decreto-Lei nº 125/99, de 20 de abril, três centros de investigação –CECS, da Universidade do Minho; CECL, da Universidade Nova de Lisboa; LABCOM, da Universidade da Beira-Interior– preparam-se para apresentar um projecto de criação de um Laboratório Associado em Ciências da Comunicação que se propõe atingir os objectivos acabados de referir. À iniciativa associaram-se dois outros centros –o CICANT, da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, e o CESC, do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. No seu conjunto, representam: setenta e seis doutorados, dos quais cinco catedráticos; quatro revistas científicas em suporte papel; uma revista e um semanário *on line*; cinquenta projectos de investigação em curso; trinta e quatro projectos de investigação em fase de candidatura; vinte e três linhas de investigação.

A decisão final cabe à Fundação para a Ciência e Tecnologia. Aguarda-se.

É recorrente a afirmação de que vivemos em plena sociedade de comunicação. Resta saber, no entanto, de que falamos quando falamos de sociedade de comunicação. É que está em causa a busca da melhor articulação entre individualidade e socialidade. Afinal, está em causa o próprio conceito de progresso. Impõe-se, por isso, uma reflexão aturada que dê origem a uma acção eficaz. A que não nos podemos eximir.